

Base de Alcântara reduzirá poderio militar

A diminuição do poderio militar no Centro Espacial de Alcântara e a humanização do local com a finalidade de atrair profissionais para morarem e trabalharem lá estão nos planos da Agência Espacial Brasileira (AEB). Estas propostas devem começar a ser postas em prática ainda neste ano, com a realização de uma licitação, no início de agosto, para transformar a infra-estrutura do Centro, hoje considerada incompleta e defasada.

O projeto, estimado em R\$ 600 milhões, deve não apenas dar conotação civil ao Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) como colocar o Brasil ao lado dos 12 países lançadores de foguetes e satélites, mas só a partir de 2007 ou 2008. É que, depois do acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS) em 2003, uma consultoria russa deixou as regras de segurança mais severas.

O projeto de desmilitarizar parcialmente a base de Alcântara foi repassado, ontem de manhã, pelo presidente da AEB, Sérgio Gaudenzi, em conferência que abriu as atividades espaciais da 57ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que acontece até amanhã na Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Segundo Gaudenzi, a licitação está sendo preparada há um ano. O edital será encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) para, no início de agosto, ser aberta concorrência nacional. Como o processo licitatório dura 120 dias, no máximo, as obras podem começar em 2005, com término previsto para cinco anos.

Segundo o presidente da Agência, 5% do valor da licitação serão destinados a medidas socioeconômicas ambientais, como construção de estradas, rede de água e esgoto, energia, telefone, destinação de resíduos sólidos. "Atualmente Alcântara não tem sinal para celular nem para Internet. Estamos pagando para colocar uma torre lá", ressalta.

No local também haverá agências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Polícia Federal, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para treinar a comunidade local para atividades de turismo e comércio.

Em suma, o local, que abrange 620 quilômetros quadrados, deve ser 90% destinado à AEB e só 10% à Aeronáutica.